REIVINDICAÇÕES SOCIAIS DOS METALÚRGICOS

Márcia de Paula Leite

Coleção Cadernos do CEDEC Nº 3 1984

REIVINDICAÇÕES SOCIAIS DOS METALURGICOS

As greves e mobilizações operárias que irromperam no Brasil a partir de 1978 colocaram novamente na ordem do dia a discussão de um problema que parecia adormecido pelos longos anos de repressão que se abateu sobre os trabalhadores, qual seja, o das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Com efeito, após quase 10 anos de relativo imobilismo, o movimento operário ressurge não só demonstrando um novo dinamismo e capacidade de luta, mas acenando também com uma grande quantidade de reivindicações que vieram centralizar as atenções de praticamente toda a sociedade.

Messe processo, desempenharam importante papel as demandas realcionadas às condições e relações de trabalho, através das quais trabalhadores e sindicatos passaram a questionar as formas de dominação do capital no interior das empresas, assim como as relações de trabalho impostas pela legislação trabalhista. Apesar dos movimentos centra rem-se em geral nas questões salariais, a onda grevista mar cou sua presença também pelo fato de que a partir de então os trabalhadores passaram a denunciar o autoritarismo que impera nas relações de trabalho no Brasil, vindo se somar às demais vozes que pediam a democratização da vida política do país.

Embora, depois de passados alguns anos, o movimen to tenha entrado em refluxo sem que tivesse ocorrido trans formações mais efetivas na legislação que regulamenta as relações de trabalho, é necessário considerar que conquistas importantes foram efetuadas pelos trabalhadores, promo vendo algumas transformações nas relações de trabalho e iniciando um processo de criação de novos direitos no campo do trabalho. Esse processo, conforme já foi apontado anteriormente, consiste na generalização de algumas conquistas recentes do movimento operário, criando uma nova instituciona lidade à margem da legislação vigente (1).

A partir do levantamento de congressos, pauta de reivindicações e convenções coletivas assinadas pelos traba lhadores metalúrgicos, pretendemos discutir aqui tanto o significado que adquirem as reivindicações metalúrgicas no decorrer desse processo, como as tendências e perspectivas, que se deslocam atualmente para o movimento dos trabalhadores.

1 - A INDÚSTRIA METALÚRGICA

Nos últimos 15 anos, os trabalhadores metalúrgicos têm se destacado no interior do movimento operário e sindical brasileiro, tendo não só deflagrado os principais movimentos grevistas do país, como liderado a luta por algumas

⁽¹⁾ Almeida, M.H. "Novas demandas, novos direitos (Experiências do sindicalismo Paulista na última década)". 1982 mimeo.

das reivindicações econômicas, políticas e sociais mais importantes do movimento operário organizado.

Essa liderança que os metalúrgicos passaram a exercer entre os trabalhadores relaciona-se evidentemente com o rápido crescimento que o setor metalúrgico atravessou recentemente, tendo se tornado um dos setores mais importantes da indústria nacional desde alguns anos.

Com efeito, o processo de monopolização e internacio nalização da economia brasileira que se abre a partir da segunda metade dos anos 50 teve como um de seus elementos centrais a instalação de grandes e modernas unidades industriais no setor produtor de bens de produção e, principalmente, no setor produtor de bens de consumo duráveis, que passou a adquirir evidente predomínio sobre os demais departamentos da economia. 2º

Nesse processo, a indústria metalúrgica cresceu vertiginosamente, passando a empregar grande quantidade de mão de obra e a constituir um moderno parque industrial dotado

^{&#}x27;2 Oliveira Francisco, "Padrões de Acumulação, oligopólios e Estado no Brasil", in <u>A Economia da Dependência Imper</u> feita, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

de grandes unidades produtivas que se caracterizam por uma elevada concentração da produção 3. Considerando-se apenas o período de 1950 a 1976, a população empregada no setor metalúrgico passou de 174.607 para 1.420.210 trabalhadores, su perando rapidamente a mão de obra empregada em setores que tradicionalmente concentravam as maiores proporções de trabalhadores como o textil e alimentício, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

TABELA

DISTRIBUIÇÃO DA PEA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR RAMOS DE ATIVIDADE.

ANO	Ind. Textil	Ind. do Vestuá- rio	Ind.quí- mica e farmacêu tica	Ind.de alimentos	Ind. Metal. Mec. e Mat. Elétrico	Total
1950	368960	28240	75419	288653	174607	935879
1960	319983	72359	87448	301366	282869	1063995
1970	386789	93560	145633	501668	809329	1936679
1976	424229	285823	234561	547205	1420210	2939028

FONTE: RAIS - Relação Anual de Informação do Ministério do Trabalho, citado por Gitahy et al, "Operárias: Sindicalização e Reivindicações (1970-1980)", Revista de Cultura e Política no 8, são Paulo, co-edição Cortez/CEDEC, 1982, pgs. 105 e 106.

Em pesquisa baseada no Censo Industrial de 1970, uma equipe coordenada por Maria Conceição Tavares encontrou uma al
ta concentração da produção industrial em quase todos os
setores da indústria metalúrgica, destacando-se o setor de
material de transporte onde todos os ramos são altamente
concentrados. Cf. Tavares, Maria da Conceição et.al. "Estrutura Industrial e Empresas Líderes", FINEP, São Paulo,
1978 (mimeo) pg. 93al26. Citado por Pontes, Victor Manuel
Durand, "Heterogeneidad de la clase obrera", São Paulo,

Em termos de porcentagem, em 1970 os metalúrgicos já representavam 35% do total da mão de obra empregada na indús tria brasileira, 36,4% da mão de obra industrial do estado de São Paulo e 37,3% do município de São Paulo 4.

Tendo em vista ainda a grande concentração da produção que caracteriza o setor, vale ressaltar também a elevada concentração da mão de obra que acompanha em geral a concentração da produção e que tem como efeito a aglutinação de grande número de trabalhadores em apenas algumas grandes empresas que respondem por boa parte da produção.

Esses elementos desenpenharam sem dúvida grande importância no papel que os trabalhadores metalúrgicos vêm cum prindo no interior do movimento operário e sindical desde 1968 e que teve seu ponto mais alto no ciclo grevista de 78 a 80, quando a categoria assumiu a vanguarda de um proces so de lutas que colocou na cena política um conjunto de insatisfações e reivindicações que vinham há muito tempo sendo contidas pela repressão policial e patronal.

2 - A REPRESSÃO, A FÁBRICA E AS REIVINDICAÇÕES

As condições de vida e de trabalho a que estavam sub metidos os trabalhadores brasileiros foram bastante deterioradas a partir de 1964, com o incremento da repressão e do autoritarismo do Estado.

As medidas restritivas que se somaram à legislação

⁴ Pontes, Victor Manuel Durand, op.cit., pg. 80.

já existente, como a instituição da nova política salarial, do FGTS e da nova lei de greve, vieram limitar direitos conquistados anteriormente e facilitar as medidas repressivas e espoliativas do capital: criando uma política salarial que, além de determinar reajustes abaixo da inflação, tirava do sindicato o poder de negociar livremente com o patronato; estabelecendo um mecanismo de rotatividade da mão de obra que veio favorecer o rebaixamento da folha de pagamento e é constantemente utilizado como forma de controle sobre os trabalhadores (5); e praticamente probindo a deflagração de movimentos grevistas, o capital passou a reinar quase sem restrições.

A violenta repressão que se abateu sobre os sindicatos e qualquer forma de organização dos trabalhadores desde 1964, e principalmente a partir de 1968 com a edição do AI-5, tornaram muito difícil a oposição coletiva dos trabalhadores à exploração e dominação do capital. O predomínio quase que total do peleguismo e a repressão que sofriam as lideranças sindicais mais dispostas a uma atividade mais combativa, praticamente retiraram do sindicato a capacidade de luta e de representação dos trabalhadores. Salvo raras exceções, os sindicatos limitaram-se a cumprir as formalidades burocráticas durante os dissídios e através da prestação de assistência so cial a seus associados.

A nível econômico, essas medidas tiveram como conse-

^{5.} Cf. Sztutman, Elizabeth Silva, "Política Empresarial de Controle de Força de Trabalho: Rotatividade como dominação", Tese de mestrado apresentada à FFLCH, USP, São Pau lo, 1981 (mimeo) e Humphrey, John, Fazendo o "Milagre": Controle Capitalista e Luta Operária na Industria Automo bilística Brasileira, Petropolis, VOZES/CEBRAP, 1982. -

quência uma grande elevação da taxa de exploração da mão de obra, na medida em que os níveis salariais não acompanhavam sequer as taxas de inflação, permanecendo, portanto, muito abaixo da elevação da produtividade. Esse efeito se fez sen tir principalmente nas indústrias de ponta que cresciam a elevadas taxas anuais. No setor metalúrgico, por exemplo, enguanto as taxas de produtividade cresceram a níveis bastan te elevados, os salários cresceram em geral abaixo da inflação, ou então a taxas bastante baixas que não permitiam repor as perdas do período de queda dos salários reais. (6)

No que respeita às condições de trabalho, também a dominação do capital no interior das empresas veio ser amparada pelas medidas repressivas tomadas pelo Estado: exarcebando as condições de repressão do capital sobre o trabalho dentro das empresas, o autoritarismo do Estado se somou rapidamente à dominação do capital na fábrica.

Esse processo veio fortalecer as medidas de contro le do capital sobre o trabalho que caracterizam a organização do processo de trabalho nas indústrias modernas e que se baseiam na separação entre execução e concepção e na expropriação do saber técnico operário. O estabelecimento de uma maior vigilância e de uma rígida disciplina sobre os trabalhadores nos locais de trabalho - que a separação entre execução e concepção favorece - foram sem dúvidas incentiva das pela difusão de prática repressivas sobre o conjunto da sociedade e pela dificuldade dos trabalhadores reagirem co-

⁽⁶⁾ Ver a esse respeito, Laís Wendel Abramo, "A Greve de 1978 e a Recuperação da Dignidade dos Metalúrgicos de São Bernardo", São Paulo, 1983 (mimeo).

letivamente à dominação do capital. Da mesma forma, a dificuldade de organização dos trabalhadores facilitou ao capital não só a intensificação do trabalho através da elevação dos ritmos e cadências de trabalho e da disseminação das ho ras-extras, bem como a difusão de políticas mais sutis de controle sobre a mão de obra como a política salarial e de cargos interna as empresas através da qual o capital individualiza a força de trabalho, dividindo os trabalhadores entre si Baseando-se sempre no desempenho individual e no estabeleci mento de critérios de promoções e de distribuição de prêmios, abonos e gratificações, o capital aprofunda a competição entre os trabalhadores que passam a agir individualmente visando alcançar prêmios promoções. (7)

A reação dos trabalhadores a essas condições de vida e de trabalho evoluiu, dessa forma, de uma resistência surda que dificilmente extrapolou o local de trabalho desde o início dos anos 70, até a eclosão das greves em 78.

Já a partir de 1973 vários movimentos de resistência começaram a surgir como expressão da luta que foi se de sencadeando no interior das fábricas. Através de táticas di versas como paralisações parciais e por secão, boicotes, operações tartarugas etc..., os trabalhadores não só expressaram sua resistência às duras condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos, como conseguiram algumas conquistas importantes (8).

⁽⁷⁾ Cf. Maroni, Amnéris A. - A Estratégia da Recusa (Análise das greves de maio de 1978). UNICAMP; 1981.

⁽⁸⁾ Sobre os movimentos de resistência durante esse período, ver "Movimentos operários em ritmo de resistência", Cadernos do CEAS nº 50, Salvador, Julho/agosto 1977.

Na Villares, por exemplo, através de uma paralisação localizada, os trabalhadores conseguiram em 1973, 10% de antecipação salarial, revisão das faixas salariais, extinção das taxas de transporte e garantia de não elevação nos preços da alimentação servida nos refeitórios das empresas (9). Em 1974 varias paralisações do trabalho nas empresas de São Bernardo, (dentre as quais se destacam as paralisações dos ferramenteiros da Vokswagen e da Ford) permitiram que os trabalhadores efetivassem algumas conquistas, como a da antecipação salarial em outubro que constava da pauta de reivindicação do sindicato (10). Em 1975 algumas centenas de trabalhadores da Wallig Sul em Porto Alegre consequiram receber seus salários ameaçados de suspensão, depois de uma paralisação de suas atividades por várias horas e mais de 1.000 operários da Fiel Aço Metais, em São Paulo, conseguiram um reajuste salarial depois de 24 horas de greve, seguida de uma semana de operação tartaruga. Em 1977, a greve de 8.000 trabalhadores da Fiat Diesel do Rio de Janeiro, pelo pagamento do aumento para todos os empregados, obrigou a diretoria a ceder depois de 3 dias (11).

Esses movimentos - ao lado de vários outros que apesar da censura imposta aos órgãos de comunicação, chegaram a ter uma relativa repercussão na época - constituiram-se em pressões das bases que expressavam ao mesmo tempo a insatisfa

^{(9,} Moisés, José Alvaro, "Problemas do Movimento Operário no Brasil", in <u>Lições de Liberdade e de Opressão</u>, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pq. 100 e 101.

⁽¹⁰⁾ Abramo, Laís Wendel, "Caminhos de Questionamento à Estrutura Sindical Oficial - O Caso de São Bernardo", São Paulo, 1982, (mimeo).

^{(11) &}quot;Metalúrgicos: na vanguarda das lutas operárias dos últimos quatro anos", Jornal Amanhã, Ano I, nº 0, 15/12/1977.

ção dos trabelhadores e as dificuldades que enfrentavam para poderem desenvolver suas lutas, tendo em vista o grau que atingira a repressão durante aqueles anos. Através deles, os trabalhadores contestaram a política salarial e a dominação do capital no interior das fábricas, trazendo à tona um conjunto de reivindicações que foram adquirindo força e que irromperam de forma mais contundente a partir das greves de maio de 1978.

Nesse processo, os trabalhadores explicitaram a resistência à política salarial e a tentativa de conseguir aumentos salariais através da pressão direta sobre o patronato, assim como uma série de reivindicações relacionadas com a organização do processo de trabalho, através das quais procuraram reagir à dominação do capital no interior das empresas. Destacam-se messe sentido, o questionamento a uma série de ítens que tasma parte da organização do processo de trabalho na moderna ergresa tais como: disciplina do trabalho; ritmo e cadências de trabalho; critérios de demissão, recrutamento o promoções escalas selariais e controle das chefias sobre os trabalhadores.

A resisterera que foi ce articulando desde o início dos anos 70 acquire dessa forma, um significado político implícito. Questionando a organização capitalista do processo, de trabalho que estabelece a dominação do capital através de expropriação do sabar operário e da separação entre dirigentes e executantes, os trabalhadores foram provocando o irrom pimento das contradições inerentes à empresa capitalista e tornando a fâbrica o local privilegiado do conflito (12).

⁽¹²⁾ Segundo Castoriadis, a empresa capitalista não é o campo da racionalidade, como tradicionalmente se considera, mas o espaço da contradição e do conflito. Apesar dos esforços do capital visando impor uma total planifica-

A resistência operária despontou, portanto, no interior da própria fábrica, a partir do movimento operário, expressan do não só a insatisfação dos trabalhadores, com relação à exploração econômica e à dominação do capital, como também a dificuldade dos sindicatos acompanharem a mobilização das bases. Neste sentido, o movimento trouxe também à tona o descompasso entre a movimentação dos trabalhadores e os aparelhos sindicais burocratizados e atrelados ao Estado, conforme já se tornara evidente em outros momentos da história do sindicalismo brasileiro (13).

Cont. da nota 12.

ção da produção através da separação entre dirigentes e executantes, da expropriação do saber operário e do controle sobre os produtores, a realidade concreta da produção nunca pode ser totalmente planejadas. F isso não so por causa da resistência que os operários opõem aos métodos e organização científica do trabalho desde o princípio, como devido à impossibilidade de eliminação de elementos imprevisíveis no decorrer da produção e que exigem precisamente a intervenção dos executantes para que o processo produtivo possa funcionar ade quadamente.

É essa dependência da produção capitalista em relação à criatividade e ao saber operário e a impossibilidade de sua eliminação que transformam a fábrica no espaço da contradição: ao mesmo tempo que o capital não consegue e nem pode expropriar totalmente o saber operário sob pena da produção entrar em colapso, os trabalhadores se utilizam constantemente do conhecimento que detêm sobre o processo de trabalho para se oporem ao capital e resistirem contra suas investidas. Cf. Castoríadis, Cornelius, "Sobre el contenido del socialismo, III: La lucha de los obreros contra la organización de la empresa capitalista" in La Experiencia del Movimento Obrero, vol. 2, Proletariado y Organización, Barcelona, Tusquets Editores, 1979.

⁽¹³⁾ O distanciamento que comumente existe entre o movimento operário e o movimento sindical (na medida em que o sindicato dificilmente pode estar presente nas lutas cotidianas que os trabalhadores travam no interior das fábricas) se acentua no caso brasileiro devido às características do nosso sindicalismo que transformam o sindicalismo em órgãos assistencialistas e burocrátizados.

A reação dos sindicatos à movimentação e às reivin dicações surgidas das fábricas foi, entretanto, bastante diferenciada e a incorporação das reivindicações operárias dependeu do tipo de atuação sindical, da relação da diretoria com base e da combatividade da liderança sindical. Embora um setor significativo dos sindicalistas tenha assumido a luta dos trabalhadores, a maior parte deles se mostrou bem pouco favorável a um processo de revitalização do sindicato no sentido de levá-lo a abrir-se para as reivindicações e insatisfações que vinham crescendo nas bases operárias.

A diferença entre as formas de atuação foi aliás se aprofundando na medida em que as lutas foram se tornando mais abertas, evidenciando-se claramente a partir das greves de maio de 1978. Se em alguns casos os sindicatos souberam direcionar as insatisfações dos trabalhadores e cumpriram im portante papel durante as greves de maio, como ocorreu em São Bernardo, (14: em outros casos as greves não só eclodiram sem a intervenção sindical, como os trabalhadores resistiram à sua participação no momento da negociação como ocorreu no sindicato de São Paulo (15. Nesses casos, o vazio dei xado pela omissão do sindicato foi frequentemente preenchido

Cont. da nota 13.

Explicitando-se principalmente nos períodos de recrudescimento das lutas operárias, esse descompasso já se fizera sentir de maneira bastante clara em outros momentos de nossa história.Cf. Moisés, José Alvaro, op.cit.

^{(14,} Cf. Abramo, Laís Wendel, "Caminhos de questionamento à estrutura sindical oficial: O caso de São Bernardo", op. cit.

⁽¹⁵⁾ Ver Maroni, Amnéris Angela, A Estratégia da Recusa...
op. cit.

pelas oposições sindicais, cuja presença já vinha se tornan do marcante desde 1974.

De qualquer forma, entretanto, a dinâmica do movi mento operario atingiu profundamente os sindicatos, imprimindo-lhes novas características. Mesmo entre os sindicatos resistentes a um processo de mudança como foi o caso do sindicato de São Paulo, a liderança teve que se readequar às novas tendências do movimento e à combatividade demonstra da pelos trabalhadores, promovendo algum tipo de dinamização da vida sindical, embora tenham se mantido as características fundamentais do sindicalismo brasileiro que fazem do sin dicato um órgão burocrático e assistencialista. Pressionados pela base e ameaçados pela crescente presença das oposições, os dirigentes sindicais foram obrigados a encampar de alguma forma as reivindicações da classe. Esse processo que começou a manifestar-se desde 1974 - quando por exemplo, o sindicato de São Paulo passou a propor 40% de aumento quando pouco antes se mostrava propenso a aceitar a proposta de 33% (16) - vem evidenciar a capacidade que as lutas operárias adquiriram no sentido de revitalizar a vida sindical, mesmo quan do não tinham tido forças suficiente para derrubar as burocracias sindicais e impor uma outra concepção de sindicalismo mais comprometido com as lutas dos trabalhadores.

No caso dos sindicatos mais combativos, entre os quais destacou-se o de São Bernardo, o movimento grevista veio no bojo de um processo de dinamização da vida sindical que apresentou um conjunto de características relativamente

^{(16) &}quot;Metalúrgicos: na vanguarda das lutas operárias dos últimos quatro anos", op. cit.

novas emrelação às experiências sindicais de períodos anteriores. Essas novas características, que justificaram a denomina
ção das tendências sindicais que despontavam de "novo sindica
lismo" teve como um de seus aspectos centrais uma importante
renovação da vida dos sindicatos, buscando sua desburocratiza
ção e sua transformação em órgãos mais representativos dos
trabalhadores.

Nesse sentido, vale destacar que além das reivindicações relacionadas às questões salariais e à organização do processo de trabalho, a luta contra o autoritarismo fez também com que se difundisse um conjunto de reivindicações encaminhadas pelos chamados sindicalistas autênticos e pelas oposições sindicais que dizem respeito à penetração dos sindicatos nos locais de trabalho e à questão da autonomia e liberdade sindicais, questionando não só a legislação autoritária que restringe o poder de luta dos sindicatos, como a própria estrutura sindical corporativista que atrela os sindicatos ao Estado. O movimento que irrompe com as greves de maio e que mantém sua chama acesa até meados de 80 aparece, dessa forma, como o resultado de um processo de lutas que já vinha se ges tando há algum tempo, durante o qual o movimento operário questionou ao mesmo tempo a dominação e exploração do capital, a estrutura sindical corporativista, bem como o autoritarismo estatal que o impedia de lutar livremente.

Através do levantamento dos principais congressos sindicais realizados pelos metalúrgicos e das pautas de reivindicações e convenções assinadas pelos metalúrgicos de São Bernardo e São Paulo durante a década de 70, procuraremos analisar o caráter das reivindicações durante o período.

3 - AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA DÉCADA DE 7((17)

O que mais se destaca à observação das demandas cons tantes dos congresso e pautas de reivindicações estabelecidas por ocasião das datas-base é o significativo enriquecimento tanto das pautas de reivindicações como dos vários Itens compõem as resoluções dos congressos, ao longo dos anos. Tanto num caso como no outro, às demandas que já se faziam presentes no início da década, vão se somando rapidamente conjunto de novas reivindicações que vêm expressar não so a intensificação do descontentamento dos trabalhadores com rela ção às duras condições de vida e de trabalho, como as tentati vas que vão se estruturando de novas formas de resistência ao capital. Visando melhor elucidar esse processo através da aná lise de suas características, procedemos à classificação das reivindicações em 4 temas (Estrutura Sindical; Fortalecimento dos Sindicatos e Organização dos Trabalhadores nos Locais de Trabalho; Salários e Adicionais; Condições de Trabalho), quais passamos a tratar em seguida.

- Estrutura Sindical e Fortalecimento dos Sindicatos

No que se refere à estrutura sindical, as reivindicações relacionadas a sua transformação apresentam uma evolu-

⁽¹⁷⁾ O material pesquisado para essa análise constitui dos próprios congressos e dos jornais dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo e São Bernardo do Campo. A parte
referente a São Bernardo foi também complementada com dados
que se encontram no 3º relatório de pesquisa de Laís Wendel
Abramo à FAPESP e nos originais da tese de Aloízio Oliva. A
ambos agradecemos a gentileza com que colocaram o material
à nossa disposição.

ção hastante característica, conforme pode-se notar através do acompanhamento dos congressos sindicais (ver quadro 1).

Nos congressos realizados no início dos anos 70 as preocupações com a transformação da legislação sindical não se diferenciam muito das reivindicações que sempre se fizeram presente no movimento sindical, não avançando a luta pela au tonomia dos sindicatos para propostas mais efetivas de transformação da legislação. Até então, as reivindicações relacionadas à transformação da estrutura sindical restringe-se a reivindicações de maior liberdade de ação com relação ao governo, exigência de quorum simples nas eleições, fim da fisca lização do Ministério do Trabalho sobre as finanças do sindicato e extinção das categorias diferenciadas no enquadramento sindical para que prevaleça o critério da sindicalização por categoria predominante 18%.

A partir de 1974, no entanto, o incremento das lutas operárias parece ter tido uma ressonância importante entre os sindicalistas mais combativos que procurarão dedicar uma atenção maior à análise da legislação sindical, aprofun-

^{...}Cont. nota 17.

Os congressos metalúrgicos consultados foram: VI Congresso do Estado de São Paulo, julho de 1970; VII Congresso do Brasil, agosto de 1970; VIII Congresso do Estado de São Paulo, novembro de 1974; I Congresso de São Bernardo do Campo e Diadema, setembro de 1974; IX Congresso do Brasil, fevereiro de 1975; II Congresso de São Bernardo do Campo e Diadema, setembro de 1976; III Congresso de São Bernardo do Campo e Diadema, outubro de 1978; IV Congresso do Fstado de São Paulo, janeiro de 1979; X Congresso do Brasil, junho de 1979 e I Congresso de Osasco, setembro de 1979.

^{(18,} Essa reivindicação liga-se à preocupação de impedir a di visão dos trabalhadores dentro de uma mesma empresa atra vés do enquadramento dos trabalhadores em diferentes sin dicatos.

dando a crítica à estrutura sindical vigente (19). Dessa for ma, a evolução dos congressos denota um amadurecimento da questão, acrescentando-se às propostas de limitação à ingerência do Estado sobre as atividades sindicais, propostas mais concretas de eliminação desse controle como a abolição da contribuição sindical, eliminação da assistência social pelos sindicatos, criação da CUT, eleições sirdicais livres e diretas em todos os níveis.

Paralelamente, acompanhando as análises a respeito do sindicalismo e a crítica à estrutura sindical corporativista, os sindicatos passarão a propor medidas visando garan tir seu fortalecimento e sua capacidade de representação dos trabalhadores, procurando estimular sua atuação no interior das empresas assim como organizar os trabalhadores nos locais de trabalho.

⁽¹⁹⁾ De acordo com essa análise, a atual estrutura sindical fora criada numa realidade econômica em que a homogenei dade da estrutura sindical tornava viável o assentamento das mesmas normas estabelecidas pela CLT para as indústrias e a restrição do papel dos sindicatos e fiscaliza dores da legislação social e fornecedores de serviços as sistenciais. Esse tipo de sindicalismo, todavia, perdera seu sentido para os trabalhadores das empresas modernas, consideradas como "grandes unidades produtivas que adotam maior racionalização da produção, aumentando a burocratização e diminuindo os contatos primários entre trabalhadores, utilizando escala automática de promoções e sistemas de serviços até então exclusivos dos sindicatos, como é o caso das cooperativas de consumo e da assistência médica e dentária". Para os trabalhadores degsas indústrias surgiriam novos problemas como "a questão da produtividade, do aumento do ritmo de trabalho, da ex tensão da jornada de trabalho", devendo os sindicatos tornarem-se aptos ao seu enfrentamento, sob pena de perderem inclusive a capacidade de representação da categoria. Cf. I Congresso dos Trabalhadores nas Industrias Me talúrgicas, Mecânicas ϵ de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado em 1974 e IV Congres so dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecâni cas e de Material Elétrico do Brasil, 1975.

Convém destacar, nesse sentido, as tentativas iniciais, tomadas pelo sindicato de São Bernardo visando corga nização do sindicato nos locais de trabalho. Já em 1972, o sindicato inclui, em sua pauta de reivindicações, o reconhecimento do delegado sindical nas empresas e a utilização do quadro de avisos do sindicato nos locais de trabalho e, no ano seguinte, a liberação de meio expediente do dirigentes sindical, não afastado, a fim de permitir o exercício da atividade sindical nos locais de trabalho.

Essas demandas - que fazem parte de uma proposta de trabalho mais ampla que vai se desenvolvendo ao longo do período no sindicato de São Bernardo, visando garantir sua presença nas fábricas e criar condições para a organização dos trabalhadores na base (20)-assumiram enorme importância no contexto sindical brasileiro tendo em vista a falta de tradição de organização dos trabalhadores no interior das empresas e a resistência do patronato em aceitar a presença do sindicato nos locais de trabalho.

Através da atuação dos sindicalistas autênticos e das oposições sindicais, - que muitas vezes acabavam forçando sua inclusão nas pautas de reivindicação - este tipo de demanda foi paulatinamente se generalizando e nos anos seguin tes novas reivindicações, como as de utilização pelo sindicato do correio interno dasempresas; constituição de comissão interna nas empresas; livre acesso dos dirigentes sindicais às fábricas, serão demandadas tanto pelos metalúrgicos de São Bernardo e de outras cidades do interior, como pelos de São Paulo.

Sobre a evolução política do sindicalismo de São Bernar do no período ver Abramo, Laís Wendel. Relatório de pes quisa à FAPESP nº 3, (mimeo).

Todavia, a ampliação das reivindicações relativas ao fortalecimento dos sindicatos e a organização dos trabalha dores nos locais de trabalho é ainda maior nos congressos, nos quais além das reivindicações presentes nas pautas dos sindicatos, destacam-se ainda: garantia do direito de greve; fiscalização pelo sindicato dos contratos individuais de trabalho e das perícias de insalubridade; apresentação dos nomes para a CIPA pelo sindicato; garantia da livre-negociação, contrato coletivo de trabalho, constituição de comissões paritárias dentro das empresas, com participação do sindicato; realização de assembléias no interior das empresas; criação do fundo de greve. (ver quadro 2).

A análise mais atenta da evolução dessas reivindica ções indica algumas características que conviria destacar:

Em primeiro lugar, cabe ressaltar a diferença entre as reivindicações presentes nas pautas dos sindicatos e nos congressos sindicais. Além do fato de que algumas reivindica ções não se expressam nas pautas de reivindicações dos sindi catos porque não são motivo de negociação com o patronato, mas sim com o governo, como é o caso das reivindicações rela tivas à estrutura sindical, direito de greve etc., convém salientar que a maior presença de reivindicações nos congres sos do que nas pautas dos sindicatos expressa de certa forma as condições de enfrentamento dos sindicatos de trabalhadores com o patronato. Enquanto dos congressos constam em geral pra ticamente todas as reivindicações da categoria, independentemente da viabilidade de seu atendimento, a pauta de reivindicação é constituída de um conjunto de ítens escolhidos serem negociados com o patronato, fazendo-se portanto sempre muito mais presente a consideração a respeito da viabilidade de seu atendimento. A esse respeito, seria importante considerar, entretanto, que o comportamento dos sindicatos variou

bastante durante o período indo desde a tática de restringir fitens para impedir que o patronato viesse a se desviar da discussão relacionada ao reajuste ou a outros fitens considerados mais importantes, até a tática de ampliar as reivindicações de forma a permitir ao sindicato a exploração de mais alternativas na negociação 21. Em São Bernardo do Campo, a utilização da pauta de reivindicação como forma de mobilização da categoria e de propaganda de reivindicações importantes para a organização dos trabalhadores, foi também uma tática desenvolvida no início dos anos 70, quando a campanha sa larial se constituia praticamente no único momento em que os sindicatos podiam fazer um trabalho mais efetivo de mobilização (22).

Em segundo lugar, é preciso lembrar que as propostas de transformação da estrutura sindical não se esgotam nesse mesmo tema, mas repercutem no tema relativo ao fortalecimento dos sindicatos. Nesse sentido é importante destacar que as propostas de transformação da estrutura sindical através da libertação do sindicato das amarras do Estado são complementadas pelas reivindicações relacionadas à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, que procuram avançar para um modelo de sindicalismo mais autônomo com relação ao Estado e mais representativo de suas bases.

Essas propostas que, conforme já salientamos, trazem

⁽²¹⁾ Almeida, Maria Hermínia Tavares de, "A nova classe operária e os novos direitos do mundo do trabalho", relatório preliminar de pesquisa, CEBRAP/UNRISD, São Paulo, 1982 mimeo).

⁽²²⁾ Oliva, Aloízio, M., "As Campanhas Salariais e a Evolução do Salário Médio dos Metalúrgicos de São Bernardo (inédito).

uma nova característica ao movimento sindical brasileiro, partem da preocupação de uma maior penetração dos sindica tos nas empresas e atingem seu ponto mais alto nas reivin dicações de formação de comissões de empresa. Em São Bernardo do Campo, onde, ao que tudo indica, a proposta das comissões apresentou-se de forma mais elaborada, a implan tação e o desenvolvimento da organização de comissões de fábrica foram entendidos inclusive como o início da nova estrutura sindical sem que com isto significassem qualquer forma de sindicalismo paralelo (23).

⁽²³⁾ Cf. II Congresso dos Trabalhadores nas Indústria Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Ber nardo do Campo e Diadema (1978). Nesse mesmo congresso, o sindicato propõe como etapas indispensáveis para a criação e fortalecimento das comissões de empresa:

^{1 -} que as comissões sejam escolhidas por assembléias gerais de empresa e qualquer trabalhador possa ser esco lhido para integrá-las.

^{2 -} Que as comissões elejam entre seus membros os companheiros que serão o elo de ligação entre a empresa e o sindicato.

^{3 -} Que os trabalhadores, no sindicato e dentro das empre sas, lutem para consequir a estabilidade, representação, informação e mobilidade dos companheiros das comissões dentro das empresas e para que as comissões tenham locais próprios para reunião, divulgação de ma terial informativo, horário disponível, etc...

^{4 -} Que os membros da comissão sejam destituídos, individual ou coletivamente, por assembléia de empresa, des de que não cumpram satisfatoriamente suas funções.

^{5 -} Que as comissões assumam a negociação das reivindicações, cabendo a decisão final à assembléia de empresa.

^{6 -} Que os sindicatos promovam cursos permanentes de capa citação sindical, visando a preparação dos quadros ne cessários à formação das comissões de empresa.

^{7 -} Que nos acordos, dissidios ou convenções coletivas se ja exigido o reconhecimento das comissões e a estabilidade para seus membros.

É interessante destacar que essas reivindicações intensificam-se principalmente a partir do II e III Congressos dos Metalúrgicos de São Bernardo em 1976 e 1978 e apesar de boa parte delas passarem a constar de praticamente todos os congressos a partir de então, é visível que seu maior aprofundamento deu-se no sindicato de São Bernardo do Campo, tendo inclusive o III Congresso de São Bernardo se dedicado exclusivamente à discussão da estrutura sindical .24.

Finalmente é preciso considerar que a inflexibilidade do patronato e da Justiça do Trabalho foi bastante gran de com relação a esse tipo de reivindicação. Até 1980, as únicas concessões nesse sentido consistiam na fixação de quadros de avisos do sindicato nas empresas e no reconhecimento dos atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos sindicatos que mantêm convênio com o INPS.

- <u>Salários e Adicionais</u>

Esse tema é sem dúvida o que apresentou maior ampliação das reivindicações durante o período, a qual se expressa tanto nas pautas dos sindicatos como nos congressos.

Nas pautas de reivindicações, o enriquecimento foi bastante rápido, partindo em geral de apenas dois ou três

^{&#}x27;24 Seria necessário considerar, entrentanto, que essa ques tão é bastante polêmica para os dirigentes sindicais de São Bernardo durante esse período. Ainda em 1978 muitos sindicalistas continuam tendo resistência com relação às comissões, temendo a formação de um sindicalismo paralelo. Ver a esse respeito entrevista do Lula à Revista Cara a Cara no 2, julho a dezembro de 1978, Petrópolis, Ed. Vozes.

ítens no início da década para chegar a um conjunto bastante grande de demandas no final do período, através das quais os sindicatos passaram a expressar as insatisfações e lutas eco nômicas que os trabalhadores vinham desenvolvendo.

Além dos índices de reajuste demandados anualmente, a luta pela defesa econômica foi se efetivando através das reivindicações de antecipação salarial e de reajuste semestral, que aparece em São Bernardo do Campo já em 1972, e de uma série de outras reivindicações econômicas que vão aparecendo ao longo do período.

Nesse sentido, convém destacar a preocupação de procurar se contrapor à rotatividade da mão de obra e às politicas salariais internas das empresas que procuram dividir os trabalhadores através da discriminação e da adoção de diferentes faixas salariais. É contra esses aspectos da organização do processo de trabalho que os sindicatos de trabalhadores se opuseram ao reivindicar piso-salarial (reivindicação que já está presente na pauta do sindicato de São Paulo em 1971); mesmo reajuste para os admitidos após a data-base; salário substituto igual ao do demitido sem justa causa; que toda promoção deverá ser acompanhada de um aumento salarial

Cont. da nota 24.

Convém destacar ainda que o temor com relação ao surgimento de um sindicalismo paralelo mantem-se presente ainda hoje en tre os sindicalistas de São Bernardo do Campo e o modelo de comissão de fábrica proposto pela diretoria sindical baseia -se numa forte subordinação das comissões ao sindicato, conforme se observa, por exemplo, na comissão da Ford. Ver a es se respeito, Silva, Roque Aparecido, "Comissões de fábrica e autonomia dos trabalhadores" Revista Proposta no 20, junho de 1982, Fase, Rio de Janeiro.

da ordem de 20%.

Seria interessante ressaltar ainda a reivindicação de aumento no pagamento das horas suplementares através da qual os sindicatos procuram melhorar o rendimento dos trabalhadores, assim como refrear a política de hora-extra das empresas e a preocupação com a criação de um fundo desempre go, que consiste também numa tentativa de reagir à eliminação da estabilidade e à política de rotatividade da mão de obra seguida pelas empresas.

Finalmente, é preciso considerar que também nesse caso as resistências do patronato e da Justiça do Trabalho em atender às reivindicações é muito grande, embora se observe a aceitação de pelo menos algumas reivindicações importantes ao longo dos anos.

A primeira reivindicação atendida, relativa à esse îtem, foi o do piso-salarial em 1973 para os metalúrgicos do interior, representados pela Federação. Embora o piso es tabelecido (10 avos sobre o salário mínimo regional para todos os integrantes da categoria) fosse muito baixo, sua aceitação foi importante na medida em que a partir daí passou a constar de todos os acordos e dissídios. Há ainda duas conquistas importantes: em 74, o acordo dos metalúrgicos do interior inclui a reivindicação de mesmo reajuste para os admitidos após a data-base e em 77 a equiparação salarial do substituto.

É preciso considerar ainda que também com relação a esse tema, a ampliação das reivindicações é muito maior nos congressos da categoria, onde além das demandas presentes nas pautas dos sindicatos destacam-se ainda outras reivindicações importantes. (ver quadro 3).

Cabe ressaltar a esse respeito a preocupação dos metalúrgicos em elaborar reivindicações relativas não só à própria categoria, como também ao conjunto do movimento operário e sindical, unificando o movimento a nível nacional. Destacam-se nesse sentido, as reivindicações de salário mínimo unificado e de salário igual para trabalho igual, mesmo em empresas diversas e em todo o território nacional (25).

Outro aspecto importante a ser destacado consi ite na inclusão de duas reivindicações que se referem especifica mente ao trabalho da mulher: profissionalização da mulle em todo e qualquer campo de trabalho, sem discriminação salarial (26) e equiparação salarial do trabalho feminino com o masculino, não apenas legal, mas de fato (27) Convém lembrar que essas reivindicações, questionando a discriminação contra a mulher que tem lugar nas empresas, surgem no bojo da intensificação dos movimentos de mulheres e logo após o I Congresso da Mulhar Metalúrgica de São Bernardo do Campo, realizado em 1978 e o I Congresso da Mulhar Metalúrgica de São Paulo, realizado em 1979, nos quais as trabalhadoras denunciaram, entre outras coisas, a opressão exercida sobre as mulheres nas fábricas, as desigualdades de salários e as formas particulares

^{&#}x27;25 Cf. II Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos Mecânicos e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Ma terial Elétrico de Osasco.

²⁶ X Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil.

²⁷⁾ I Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgi cas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco.

de repressão a que estão submetidas (28).

- Condições de Trabalho

Ao lado do incremento das reivindicações relativas aos salários, o enriquecimento das pautas de reivindicações com ítens relacionados às condições de trabalho foi bastante significativo. Partindo da crítica à situação vivida nos locais de trabalho, as novas reivindicações vieram fortalecer a luta contra as características do processo de produção na moderna empresa, através do questionamento de uma série de ítens que fazem parte da organização do processo de trabalho e das formas de dominação do capital no interior das empresas.

Embora tenham surgido de maneira tímida, as reivin dicações foram tomando corpo, vindo questionar o autoritaris mo e disciplina impos o aos trabalhadores nas fábricas, a intensidade do trabalho e principalmente a política de rotatividade da mão de obra, constantemente utilizada como forma de controle sobre os trabalhadores.

Apesar da insistência com que essas demandas começaram a aparecer nas pautas dos sindicatos, também nesse caso o atendimento das reivindicações se fez de forma muito len ta, embora paulatinamente tenha havido a integração de algumas reivindicações nas convenções assinadas. É assim que em 1974 os metalúrgicos conquistam o fornecimento obrigatório do compro

^{(29.} Cf. Gitahy et al "Luchas obreras y luchas de las obreras en São Bernardo do Campo", texto apresentado no 44º Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 1982, (mimeo).

vante de pagamento de salário pela empresa e a recomendação de que as empresas facilitem a jornada de trabalho aos operários estudantes. Nos anos seguintes a essas conquistas se somarão: fornecimento gratuito de uniformes e equipamentos de segurança pelas empresas; estabilidade provisória da qes tante; estabilidade do empregado em idade de alistamento militar e que o empregado demitido sob acusação de falta qrave seja avisado do motivo de sua dispensa por escrito e contra recibo.

Seria preciso assinalar ainda que também com relação a esse tema é nos congressos onde se nota a maior ampliação das reivindicações com o surgimento de uma enorme quantidade de demandas, através das quais os sindicatos
dos trabalhadores metalúrgicos procuram denunciar as condições de trabalho impostas pela organização do processo de
trabalho na moderna empresa, negando-se a aceitar o extenuante ritmo de trabalho imposto pelo capital; as condições in
salubres e inseguras de trabalho; as altas taxas de rotatividade com que operam as empresas e inclusive o poder disciplinar do capital.

Convém destacar aí um conjunto de reivindicações que aparecem como uma importante tentativa dos sindicatos no sentido de negar a monetarização das condições adversas de trabalho que a organização do processo de trabalho impõe. Propondo a extinção completa da hora-extra; diminuição da jornada de trabalho para 6 horas nos locais insalubres; revogação completa de toda legislação referente à mão de obra temporária; extinção do contrato de experiência; limitação do trabalho noturno a um máximo de 6 horas diárias; elimina ção dos turnos ou diminuição da jornada de trabalho para 6 horas para quem trabalha em turno (ver quadro 4); os sindicatos expressaram as lutas que vinham sendo desenvolvidas

pelos trabalhadores contra a organização capitalista do processo de trabalho e se recusaram a aceitar a manutenção das condições adversas de trabalho, mesmo quando acompanhadas de recompensas econômicas (29).

- As Tendências da Década de 70

A análise da evolução das reivindicações e das con quistas alcançadas indica, sem dúvida, algumas tendências no movimento sindical que merecem ser discutidas.

Inicialmente gostaríamos de insistir no fato de que o surgimento de novas reivindicações relacionadas à situação e condição de trabalho, bem como ao fortalecimento dos sindicatos e sua maior penetração no interior das empresas relacionam-se com uma outra tendência do conflito de classes no Brasil que já destacamos anteriormente, que consiste no seu deslocamento para o interior da empresa. Com efeito, não só o caráter das reivindicações como também a forma que vêm assumindo os movimentos grevistas, com uma nítida predominância de greves por estabelecimento entre os trabalhadores industriais, vem indicando essa tendência recente das relações trabalhistas no Brasil no sentido de transformar a empresa no local privilegiado do conflito (30).

²⁹⁾ Cf. Maroni, Amneris Angela, op.cit.

⁽³⁰⁾ Através de levantamento das greves que irromperam entre 78 e 81, Maria Hermínia T. de Almeida evidencia claramente a tendência no período à predominância de movimen tos por empresa, particularmente no setor industrial moderno. Cf. Almeida, Maria Hermínia Tavares de, "O sindícalismo brasileiro entre a conservação e a mudança" In, Sociedade e Política no Erasil pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1983.

Essa nova característica do conflito de classe é sem dúvida uma novidade importante, na medida em que torna ainda mais crucial a necessidade de eliminação da intervenção do Estado nas atividades sindicais e nas relações entre operários e patrões. Centrando o conflito de classes na empresa, o movimento operário e sindical passou a eleger o patronato como seu interlocutor, abandonando a tática predominante no período anterior a 64 de dirigir as reivindicações para o Estado e chocando-se crescentemente com a estrutura das relações de trabalho no Brasil que desviam o conflito de classes para o interior do aparelho estatal. Proclamando o caráter de classe do Estado e a intenção de dialogar diretamente com o patronato, o movimento sindical passou a colo car a livre negociação no centro de suas lutas e a estabele cer o enfrentamento do capital nos locais de trabalho.

Por outro lado, apesar da resistência do patronato e da Justiça do Trabalho no atendimento de grande parte das reivindicações dos sindicatos, é preciso considerar que a pressão que passou a ser exercida pelo movimento operário e sindical tornou inevitável o atendimento de pelo menos algumas delas, ainda que de forma vagarosa, refreando de certo modo as medidas repressivas e espoliativas do capital. Nesse sentido, convém lembrar que a demora no atendimento das reivindicações - ao contrário do que o capital e o governo sempre procuram difundir - não elimina seu caráter de conquista mas, pelo contrário, vem comprovar que a criação dos direitos trabalhistas faz parte de um processo sempre penoso de lutas e de barganhas entre as partes.

Até 1980 importantes conquistas foram consolidadas e a mudança da lei salarial em novembro de 1979 talvez seja o exemplo mais importante desse processo, na medida em que apesar de sua intenção desmobilizadora por parte do governo,

consistiu numa importante conquista do movimento sindical, vindo atender à reivindicação presente já no início dos anos 70 de reajuste semestral. Mas as outras conquistas também não tiveram um efeito menos importante, já que abriram um processo rico de criação de novos direitos: sendo homologadas pela Justiça do Trabalho, muitas conquistas começaram a adquirir um poder de lei quando se generalizaram apesar de não terem tido repercussões imediatas no plano do direito.

É preciso considerar ainda que por mais que muitas reivindicações não tenham sido atendidas, o capital viu ame açado seu poder outrora quase ilimitado de controle e dominação sobre os trabalhadores. Com a abertura do ciclo grevista e de um importante processo de mobilização populares no país, a oposição ao autoritarismo se fortaleceu, trazendo à tona a necessidade de se criarem novas formas (tanto por parte do Estado, como por parte do patronato) de se relacionar com os trabalhadores.

O aprofundamento da crise econômica a partir de 1981 viria no entanto trazer algumas modificações no quadro que vinha se delineando até então.

4 - A CRISE E AS REIVINDICAÇÕES ATUAIS

O processo recessivo que se abriu a partir de 1981 atingiu profundamente o movimento sindical. Embora as greves não tenham deixado de eclodir, a onda grevista aberta em maio de 78 encerra-se já no início de 80 e as condições de luta de operariado vão se tornando mais difíceis com o aprofundamento da crise e o crescimento constante das taxas de desemprego.

Novamente a mudança da legislação salarial 31 é um importante exemplo das dificuldades que vêm se colocando para a luta dos trabalhadores, numa situação em que a ameaça do desemprego enfraquece sobremaneira sua capacidade de organização e mobilização, ao mesmo tempo que aparece como uma evidência da necessidade dos trabalhadores continuarem lutando por seus direitos, mesmo depois de conquistados, sob pena de perderem-nos quando se modifica a correlação de forças.

Através do levantamento dos principais acordos dos metalúrgicos nos anos 81 e 82 e janeiro e fevereiro de 83, a partir dos informes estatísticos e boletins do DIEESE, é possível constatar que o aprofundamento da crise vem atingindo seriamente os trabalhadores.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que grande parte dos fitens constantes dos acordos mais recentes denotam mais uma tentativa de resistência à crise e à ameaça de desemprego, do que conquistas efetivas dos trabalhadores. Frente à gra vidade da situação, os sindicatos não tem tido muitas alter nativas senão buscar minimizar os efeitos da erosão dos salários e da queda do nível de emprego através de medidas defensivas, tais como: aviso prévio de 45 dias quando demitidos sem justa causa, aos empregados que contem mais de 5 anos na mesma empresa e mais de 50 anos de idade; estabele-

^{731,} Depois de ter eliminado os 10% acima do INPC para quem ganha até 3 salários desde o início do ano (decreto 2012), o governo adotou em junho o expurso do INPC, e estabeleceu reajuste abaixo do INPC para todas as três faixas salariais superiores a 3 salários mínimos (decreto 2.065).

cimento de critério de dispensa e compromisso de que haverá admissão dos mesmos funcionários dispensados quando superada a fase de crisc da empresa; garantia de emprego de 90 dias; estabilidade por 6 meses; aviso prévio por escrito garantindo a utilização de 2 horas no início ou fim da jornada de trabalho; antecipações salariais; multa diária de 20% do valor de referência para atraso de pagamento; proibição de trabalho extraordinário; redução da jornada de trabalho sem redução do salário; estabilidade provisória ao empregado reclamente na Justiça do Trabalho (ver quadro 5).

Não há como ignorar, entretanto, que apesar da dificil situação que os trabalhadores têm enfrentado, os efeitos da onda grevista de 78-80 ainda estão presentes. Apesar de que a crise favorece também a atuação do capital no sentido de recrudescer o disciplinamento da mão de obra, o profundo questionamento da repressão exercida pelo capital, durante o ciclo grevista, deixou marcas importantes que, fortalecidas pelo processo de abertura, continuam se refletindo na relação capital-trabalho.

Nesse sentido, convém destacar que a maior penetração dos sindicatos nos locais de trabalho e o aumento da par
ticipação dos trabalhadores nas decisões vêm paulatinamente
sendo efetivadas através de conquistas como: acompanhamento
pelo sindicato das medidas de segurança adotadas pelas empresas; comissão de fábrica, garantia de acesso de diretores do
sindicato na empresa para verificação das condições em que o
trabalho é prestado: garantia de que o sindicato poderá tratar de assunto de interesse sindical no local de trabalho;
reconhecimento do delegado sindical (ver quadro 5). Essas
conquistas constituem um importante indício de que os movimentos grevistas e a mobilização sindical e popular, bem como a constituição de um movimento de denúncia das várias for

mas de repressão vigentes na sociedade, incluindo a repressão patronal, desempenharam papel importante na aceitação por parte de setores do patronato de que teriam de ser encontradas novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, substituindo em parte uma política repressiva mais aberta que dominou durante os anos do "milagre".

Embora o caminho a ser percorrido pelo sindicalis mo para conseguir efetivar uma mudança mais significativa na legislação que regula as relações de trabalho no país se apresenta ainda bastante árduo, há que se notar que não só os operários vêm conseguindo conquistar a organização no interior das fábricas, como alguns setores do empresariado vêm dando mostras de disposição a aceitar a representação sindical nos locais de trabalho, entendendo-o como uma forma de permitir uma melhor convivência entre capital e trabalho.

Nesse sentido, apesar de ser uma experiência ain da muito localizada e limitada em função da própria carência de tradição histórica do sindicalismo brasileiro em termos de organização de base, (32) a conquista de algumas comissões de fábrica, e a tendência que parece estar se de lineando no sentido de sua ampliação, parece ser o passo mais importante que está sendo dado pelos trabalhadores com vistas à criação de condições não só para contrarrestar mais eficazmente a dominação e exploração do capital, como para ir construindo as bases de um novo sindicalismo, mais forte, mais livre e mais enraizado em suas bases. Ain da que esse processo também possa vir a ser afetado mais

⁽³²⁾ Cf. Silva, Roque A., op. cit.

seriamente pela crise e pelo enfraquecimento do poder e lu ta dos trabalhadores, a consolidação de algumas formas de organização dos trabalhadores nas fábricas e o surgimento de um sindicalismo mais representativo de suas bases se apresenta como uma experiência de fundamental importância na história das lutas operárias no Brasil.

QUADRO 1

ESTRUTURA SINDICAL

		·	•		
hitomoria e liboridade do siráliza- dade do siráliza- dade do siráliza- gitiridade qual- quer instrumento que importe en sua subjugação so Estado.	1	Extinção indiata de contribuição sindical delinetrado a asserbida os reios de subsistancia do sindicato.			Criacio de una C.T., totalmente indepen dente do governo.
Liberdade e autoro mla sirdicais con garantin da autoro mla estautária e da liberdade dos sindicatos exerce- rom atividade coo- nonica.	Eleições diretas em todos os niveis orn voto livre e facultativo, respended a mioria simples, garantin dobe o encubilidade no encubilidade so todos que comor retra ao pleito e eliminando-se praso de carência.	Extinção graditiva da contribuição sindical e encan- to fisto não coor- rer, a parcela da contribuição hoje destinada ao Esta- do deverá reverter totalmente aos sin- dicatos.		Heverdo mais de un ramo de produção ha empresa, os tra baldadores se fil-liarão eo sindicato, que temba naior número de representados.	·, I
Patificação da conven ção 87 da OII, assegu gurando-se o princi- pio da unidade sindi cal	Pevogação da portaria 313/74 que resplanem to as eletções síndicals; institutõe do voto livre e facultativo; extinção do quo rim exigido para a eletção, e extensão da estabilidade, aos clementos comparentes.	Extinção gradutiva da contribuição similaria e garantia da livre gastio da totalidade da contribuição pelos sindicatos até sua efetiva extinção.	Oue a assistência médico e comtológica prestada polo sindica to seja inteliamente para polo órgão predenciario.	1	Cordenecio das enti- dares sindicais por um CU, para o por as bases deverão ser ovidas e preparadas.
Ratificação da convenção 87 da OIT, assegurando -se o princípio da unidade sin- dical	Eleipões livres eleiteres em to- dos os nivols, instituição do voto livre, fa- cultátivo, sem quorum mínimo, vencembo a maio- ria, eliminação do prazo do ca- rencia para os trebalhadores que participarem das demais cha- pas.	Abolicão da con- tribuição sindi- cal, com decisão do criação de fontos alternati vas de recursos.	Oue a assisten- cia a mudo pas- se as mos do Es tado permanecen- do a assistencia jurídica de com- petência exclusi va dos sindica- tos.	Duardo en una en preso houver mais de un rano produ tivo a fillação sindical deverá ser docidida por assembleia soco- rana dos interes socos:	Livre organização das categorias en tre si o com as denais, tendo en vista co interos-ses comuns, em ni vel regional está dual e nacional.
l	1	1	ı	4	ı
Liberdade e autonomia sindical com cumpri-mento de to das as convenções da 0.1.7.	1	1	ı	Extinção das catego- riau dife- renciadas para que prevaleção o critério da cr	1
Seguranca aos dirigen tos almidi-cais de ple na e efeti-va autonomia vo exercício de seus mandatos		ı	ı	1	
Revojacão das res- trices contidas na C.L.T.	1	1	1	I	1
Aplicacảo da conven- cảo no 110 da 0.1.T.	Oue nas eleicões sindicais em primoi cação do- cação do- serve-se a necessi dade do quorum simples, cu sejs, 501 mais	Oue o or- cummto e cummto e cummto o correstação correstas dases sin sembléias.	ı	Extinção des catego rias catego rias diferendas para que prevaleça o criedario de sindir calização por catego rias prepui derante.	1
Curprinento das deci- sves da 0.1.T.	Que nas eletções sindi- cultais, em prineira convoca- cuo obser vives: a vi	Cue o cor- curanto o curanto o curestação cortis das enti- dases sin dicais so frem fis- cultacão ecclusiva de suas as eccabélas;	1	Extinção das catego tias dife- rencladas para que privaleca o-criticaio da sindi- culização por catego ria prepon derante.	1
1.11- berda- de e Autono nia Sindi- cais-	2. Elei coes - cois.	1.007 c. c. c	रू ने के दिल इस के दिल		9.00 t
					•

TEVA	VI Cong Est. SP 1970	VII Cong Brasil 1970	I Cong SBC 1974	VIII Cong Est. SP 1974	IX Cong Brasil 1975	II Cong SBC 1976	III Cong SBC	IX Cong Est. SP	X Conq Brasil	I Cong Osasco
1. Direito de greve	×	×			×	,				
2. Revogação da legislação salarial	×	×	1.	,	,	<	×	×	×	×
3. Livre e direta negociação coletiva de				<	×	•	1	×	×	×
trabalho	×	×	ı	×	×	×	×	×	×	×
4. Contrato coletivo de trabalho	ı	×	×	,	×	×	×	,	\ ,	
5. Participação dos sindicatos na fiscalização das empresas	ı	. ×	,	×	×	>			<	×
6. Participação nas eleições da CIPA	×	,				:	•	•	×	×
					1	×	•	,	×	×
sos e do correio interno das empresas	•	ı	1	1.	1	×	l,		1,	 I
8. Livre acesso dos dirigentes sindicais nas empresas	,	ı			,		×			
9. Realização de assembléias no interior das empresas	1		+-				:	-		
10. Fundo de greve							×	,	,	1
11. Reconhecimento dos delegados sindicais	×	×					×	•	×	×
12. Criação de comissões de fábrica	,	: 1		,	×	×	×	×	′×	
13. Solução dos letígios trabalhistas atranés	1	1			4	,	×	1	×	ı
	S	1	1	ı	ı	•	×	,		
14. Escala de dispensa com participação do sindicato	1	,		,	,	×			+	1
										•
13. Farticipação do sindicato no estabeleci- mento do ritmo de trabalho	1 .	1		,	1	×		1	,	
										ŀ

SALÁRIOS E ADICIONAIS

						•				,
ТЕМА	VI Cong Est. SP	VII Cong Brasil	I Cong SBC	VIII Cong Est. SP	IX Cong Brasil	II Cong	III Cong	l g	X Cong	8
	O/CT	T3 /0	1974	1974	1975	1976				Osası
Salarlo minimo unificado em todo o terri- tório nacional	*	;							- 1	6/67
Salário profissional	•	٠	ī	ı	ı	,	. 1	×	×	×
Adicional de hora extra		×	i	ı	*	,				:
Adicional de insalubridado	×	×	ł	×	×	< >	•	,	•	×
Adicional notumo	×	×	ı	×	×	< 1	1	×	1	1
Piso salarial	1	t	1				1	×	×	l
The	×				×	i	1	ı	ı	
ficações no salario				1		×				I
Equiparação salarial mesmo em em				1	×	×	ı	ì	×	
versas	ı									
Cláusula do substituto		1	1	ı	1	×	1	1	í	
Reajustes semestrais	•		i	1	1	×	1			<
Participação nos lucros	Ī		3	-	,	×				×
Salário desempredo	f	1			1	×	1		.	×
Pagamento das férias em dobro		-	ı	1	1	×		;	×	1
Ottom and die of the	×	×	ı	1	*	,		<	×	×
produtividade no cálculo dos salários	×	ı	v 		* *	<	i		×	1
Equiparação salarial do trabalho feminino					:			,	×	ı
can o mascullno	1	ľ	1	ı	ı	i	ı			
AND THE PARTY OF T					and the second s	A Company of the Comp			×	×

QUADRO 4 CONDIÇÕES DE TRABALHO

тъм	VI Cong Est. SP 1970	VII Cong Brasil 1970	I Cong SBC 1974	VIII Cong Est. SP 1974	IX Cong Brasil 1975	II Cong SBC 1976	III Cong SBC 1978	IX Cong Est. SP 1979	X Conq Brasil 1979	I Cong Osasco 1979	
1. Estabilidade no emprego	×	×	ľ	×	×	×		×	×	×	
2. Estabilidade do empregado reclamante	1	×	×	×	,		,	!	,	1	
3. Estabilidade para o acidentado	×	×	1	,			'	×	•	×	
4. Estabilidade à gestante	ı	Į.		×	,			×	1		
5. Estabilidade ao menor às vésperas do serviço militar	i	1	,	×	×	,	,	, .	,	×	
6. Cumprimento da legislação que estabelece o limite máximo de 2 horas diárias para a prestação de hora-extra		ŧ		×	×	ı			,		
7. Supressão da hora extra, exceto por motí- vo de força maior	×	×	,		•	×	,	×	'	,	
8. Extinção completa da hora-extra	1		,				,	'	×		
9, Redução do horário de trabalho em locais insulubres de 8 para 6 horas	ı	,	,	×	×	,	,	*	×	×	
10. Redução da jornada de trabalho noturno para 6 horas	1	1.			×		,	×	.'		
11. Redução da jornada de trabalho em regime de turno para 6 horas	ı	ı	1		,	,		×	,		
12. Eliminação dos turnos	,	,		1		×	-				
13. Férias de 30 dias	ŧ	×	,	-	,	×		×	,		
14. Revogação da legislação referente à mão de obra temporária	ı	,	,	×	×	,	,	×	×		
15. Revogação do contrato de experiência		.,	I.	×	×	'		 	 		
16. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais	1	•	•		*	×		×	* .	×	
17. Fixação do ritmo de trabalho por comis- são paritária	1			ı	'	×	,	,	,	. 1	
18. Não reconhecimento do poder disciplinar do empregador			,			-	,		×		
					1		-		-		

QUADRO 5

PRINCIPAIS CONQUISTAS DOS METALÚRGICOS EM 1981 E 1982, JANEIRO E FEVEREIRO DE 1983

I - FORTALECIMENTO DO SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA FÁBRICA

CONQUISTAS	CTANTOTON / COMPONENTS	
Seconheciments do attenta	SUDJUCTUS / INDUSTRIAS	DATA
Convocação de eleições navas a coma a contológicos do sindicato	São Paulo	11/1982
olicidade ao ato e mandando cópia aos sindicatos	Interior do Estado de São Paulo São Paulo	4/1981
	Interior do Estado de São Paulo Pirelli S/A (Santo André)	11/1981 4/1981 10/1982
eunião mensal entre a diretoria do sindianto a se	Belo Horizonte e Contagem Santa Luzia - MG	10/1362 10/1982 6/1982
s problemas dos trabalhadores		•
utorização para o sindicato montar uma banca de sindicalização no grêmio a fábrica	EMBRAER (Sac José dos Campos)	4/1981
omissão de fábrica composta por trabalhadores limmento	EMBRAER (São José dos Campos)	4/1982
eus companheiros para um mandato de 12 meses com estabilidade.	Endo - Termo Industrial Ltda (Osasco) Ford (São Bernardo do Campo)	5/1981
	Indústria e Comercio de Filtros Nasa (S. Bernardo)	3/1982
	Estaleiro So S/A (Porto Alegre) Pirelli S/A (Santo Andrá)	6/1982
	Maquinas Kodama (Santo Andre)	6/1982 6/1982
	Metalungica D.C.Ltda Ford - Conjunto Industrial Trivanca (9 panio)	7/1982
ladro de aviso do sindicato nas empresas	Interior do Estado de São panto	7067/07
	Três Rios - RJ	4/1982
ampanhamento pelo sindicato das medidas de semiranca sastas.	Pirelli S/A (Santo André) Alcan Alumínio do Brasil S/A (São Julião)-MG	5/1982 6/1982 10/1982
presas	Interior do Estado de São Paulo São Paulo	4/1982
		3

	~
4	11

dicato dicato dicato Interior de São Paulo Pirelli S/A (Santo André) Envio pelas empresas de cópia dos recibos de quitação de empreqados de mitidos com menos de um ano accordante de contra de		
	i.	4/1982
CHECOLOGICAL CONTROL OF CHECK CONTROL	(2)	6/1982 11/1982
	ilde (Cons.Lafaiete)-WG	5/1982
Jemitidos ouvida		5/1982
2. As empresas se comprometem a responder às queixas do sindicato com re Três Rios - pr		5/1982
		5/1982
g.		
de trabalho	1 S/A (S.Julião)-MG	5/1982 10/1982
	0115	11/1982
. Reunião da comissão paritária para estudar a viabilidade de criação de Rio de Janeiro	. S/A (S.Julião) - MG	5/1982 10/1982
		11/1982
Paraná, Londrina, Maringa Fiat Diesel do Brasil S/A Equipamentos Villares S/A	a e Ponta Grossa A (Rio de Janeiro) A (Araraquara)	12/1982 12/1982 1/1983
atividades sindicais Timbó - SC	A (Río de Janeiro)	2/1983 12/1982 17982
		CO/1/1

II - CONDIÇÕES DE TRABALHO

1 Boding 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	SINDICATOS / INDÓSTRIAS	
redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário	Aços Anhanguera (Mogi das Cruzes)	DATA 4/19X
2. Aviso prévio de 45 dias quando demitido sem justa causa aos empregados que contem com mais de 5 anos na mesma empresa e mais de 50 anos de idade	Cla.Industrial Sta.Matilde (Cons.Lafaiete)—MG Interior do Estado de São Paulo Interior do Estado de São Paulo	5/198; 4/198; 4/198;
3. Garantia de emprego por um ano ao trabalhador que volta de licença médica	Cia.Industrial Sta.Matilde (Cons.Lafaiete)-MG	5/198
4. Garantia de emprego ao acidentado no trabalho	Joao Monlevade - MG	2/1983
Caranti A	Interior do Estado de São Paulo Cia. Industrial Sta.Matilde (Cons.Iafaiete)—MG Pirelli S/A (Santo André) São Paulo	1/1981 11/1981 5/1982 6/1982
	Interior do Estado de São Paulo São Paulo	4/1981
	Pirelli S/A (Santo André) São Paulo	6/1982
. Estabilidade durante o período de mandato aos representantes dos em- pregados na CIPA	Cia. Industrial Sta. Matilde (Cons. Lafaiete) -MG	5/1982
. Estabilidade provisória ao trabalhador que entrar com reclamação traba lhista e para as testemenhas	ryw.panentos Villares S/A (Araraquara) Timbó — CS	2/1983
. Garantia de emprego por 90 dias	Siderúrgica Hime (São Gonçalo)	1301/11
. Estabilidade por 6 meses	Três Rios - RJ Metalúrgica S.C. LIDA	5/1982 5/1982 7/1981
	Endo - Termo Industrial LTDA (Osasco) Cia. Industrial Santa Matilde (Cons.Lafaiete)-MG	5/1981 5/1982
	João Monlevade - MG Máquinas Kodama Indústria e Comércio (Sto.André)	6/1982 12/1982 2/1983

10. Estabelecimento de critérios de dispensa e communicación de critérios de criterios de critérios de criterios de		
dantssao dos mesmos funcionários dispensados quando superada a fase	EMBRAER (São José dos Campos)	4/19/
	Siderúrgica Hime S/A (São Gonçalo) Interior do Estado de São Paulo	11/198
13. O contrato de experiência não poderá ultrapassar 60 dias	Tecnicasa (São Torá are a	4/198
14. O contrato de experiência, não poderá ser prorrogado nem poder ser utilizado no caso de readmissão de empretados para a mesma função an teriormente exercida	Interior do Estado de São Paulo São Paulo	4/198 4/198 11/198
15. A transferência de empregados para outras unidades ou funções, após 60 dias de experiência, fica condicionada à não existência de preju- ízos econômicos	Fiat Diesel do Brasil S/A (Rio de Janeiro)	12/1982
l6. Estabelecimento de prazo para período experimental na promoção para cargos superiores	Interior do Estado de São Panilo	
17. Obrigatoriedade de que a atividade principal da empresa seja feita por trabalhadores nos es	Alcan Alumínio do Brasil S/A (S.Julião) - MG São Paulo	4/1982 10/1982 11/1982
8. 0 empregado poderá se ansentar atá 2 dire.	Linerior do Estado de São Paulo São Paulo	4/1982
sogro ou sogra 9. Compensação automática de dia internal :	Interior do Estado de São Paulo São Paulo	11/1982
0.Formed mento obustations	Pirelli S/A (Santo André) Fiat Diesel do Brasil S/A (Rio de Janeiro) Villares S/A (Arensons)	11/1982 6/1982 12/1982
allyalorio de extratos do FGIS	Interior do Estado de São Paulo Mipel - Merânia Porcal (1	1/1983
	Pirelli S/A (Santo André) Alcan Alumínio do Brasil S/A (Santo André)	5/1982 6/1982
	sao Paulo	11/1982

1. Comunicação do início das férias com 15 dias de antecedência, não po dendo coincindir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados	Interior do Estado de São Paulo São Paulo	4/1982
2. Férias adicionais de 30 dias consecutivos aos empregados que comple- tam 20 anos de serviço efetivo	Fiat Diesel do Brasil S/A (Rio de Janeiro) João Monlevade — MG	12/1982
3. Proibição de trabalho extraordinário 4. A empresa se obriga a manter convênios com creches para os filhos de suas empregadas	Três Rios - RJ Pirelli S/A (Santo André)	5/1982 6/1982

SALÁRIOS E ADICIONAIS

CONQUISTRAS	SINDICATOS / INDÚSTRIAS	DAMA.
		HIM
, Mesmo aumento para empregado admitido após a data base	Tecnasa (São José dos Campos) São Paulo	4/1981
	Usiminas (Ipatinga)	11/1981
	Interior do Estado de São Paulo	4/1982
	Pirelli S/A (Santo Andrē) São Paulo	6/1982 11/1982
Ao empregado admitido na vigência do acordo será garantido, após o período de experiência, igual salário ao menor salário daquela função.	Pirelli S/A (Santo André)	6/1982
Acréscimo no pagamento das horas—extras	Nova Friburgo — RJ Aços Anhanguera (Mogi) Interior do Estado de São Paulo	5/1981 5/1981
1		11/1981
Complementação do auxilio—doença	Interior do Estado de São Paulo	4/1981
Complementação do 139 salário ao empregado afastado por doença no 19 ano de afastamento	Interior do Estado de São Paulo São Paulo	4/1981
Gratificações por tempo de serviço	Siderúrgica Hime S/A (São Gonçalo) Três Rios - RJ Cia Siderúrgica Nacional Divinópolis, Carmo do Cajuru e S.Gonçalo do Pará-MG	11/1981 5/1982 6/1982 11/1982
Gratificações por assiduidade	Aços Anhanguera (Mogi) Siderúrgica Hime S/A (São Gonçalo) Três Rios — RJ	5/1981 11/1981 5/1982
Antecipações salariais.	Novo Hamburgo – RS Estaleiros Só S/A (Porto Alegre) Santa Luzia	5/1981 10/1982 10/1982
Liquidação dos direitos Trabalhistas resultante da recisão do contrato de trabalho no prazo máximo de 10 dias	São Paulo Interior do Estado de São Paulo Belo Horizonte e Contagem Paranã, Londrina, Maringa e Ponta Grossa	2/1983 11/1981 4/1982 10/1982 12/1982